



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



HABEAS CORPUS Nº 0201232-0

237

COMARCA: Arcoverde – 2ª Vara
IMPETRANTE: Luciano Rodrigues Pacheco
PACIENTE: Aureliano Cavalcanti de Lima
PROCURADORA: Dra. Eleonora de Souza Luna
RELATOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. PRISÃO PREVENTIVA. DUPLA TENTATIVA DE HOMICÍDIO BIQUALIFICADA E DUPLO HOMICÍDIO BIQUALIFICADO. CONCLUÍDA A INSTRUÇÃO CRIMINAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 52 DO STJ. SUPERADA ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR EXCESSO DE PRAZO. UMA DAS AÇÕES PENAIS ESTÁ COM PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS ALEGAÇÕES FINAIS PELA DEFESA E A OUTRA NO AGUARDANDO DE DILIGÊNCIAS PARA A PROLAÇÃO DA SENTENÇA. PERICULOSIDADE CONCRETA EVIDENCIADA NOS AUTOS.

1. Os prazos processuais não são peremptórios, ou seja, não resultam de uma simples operação aritmética, devem prosseguir dentro do princípio da razoabilidade. Exige-se, acima de tudo, prudência na aferição das circunstâncias e justificativas inerentes a cada caso.
2. No caso concreto presente, em ambas as Ações Penais, a instrução criminal fora concluída, estando o processo-crime nº203.2008.002520-9, no aguardo da apresentação das Alegações Finais pela Defesa e o processo-crime nº203.2008.002732-5, aguardando o cumprimento de diligência para a prolação da Sentença.
3. Não existe falta de fundamentação para a custódia cautelar, uma vez que os autos revelam elementos suficientes para embasar a prisão provisória, nos termos do art. 312, do CPP.
4. Ordem denegada. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos nos presentes autos de *Habeas Corpus* nº 0201232-0 no qual figura como parte a acima nomeada, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal, do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este julgado.

Recife/PE, 06 de Janeiro de 2010.

Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



HABEAS CORPUS Nº 0201232-0

238

COMARCA: Arcoverde – 2ª Vara
IMPETRANTE: Luciano Rodrigues Pacheco
PACIENTE: Aureliano Cavalcanti de Lima
PROCURADORA: Dra. Eleonora de Souza Luna
RELATOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho

RELATÓRIO

Trata-se de *Habeas Corpus* Liberatório, com pedido de liminar, impetrado em favor de **AURELIANO CAVALCANTI DE LIMA**, qualificado às fls. 02, com fulcro no art. 5º, LXV e LXVIII c/c art. 93, IX, da Constituição Federal de 1988 c/c arts. 647 e 648, I, do Código de Processo Penal, apontando como autoridades coatoras os **JUÍZES DE DIREITO DAS 1ª E 2ª VARAS DA COMARCA DE ARCOVERDE - PE**, nos autos das **Ações Penais nº 203.2008.002732-5** pelas infrações tipificadas no art. 121, §2º, II e IV c/c art. 14, II, do Código Penal (Dupla tentativa de homicídio biqualeficada), em relação às vítimas **ANDERSON MARTINS DA SILVA** e **JOMAS DOS SANTOS SOUZA** e nº 203.2008.002520-9 pelas infrações tipificadas no art. 121, §2º, II e IV, do Código Penal (Duplo homicídio biqualeficado), em relação às vítimas **ALMIR PEREIRA DE MELO** e a pessoa conhecida por **FABINHO**.

Sustenta o impetrante que o Paciente está sofrendo constrangimento ilegal na sua liberdade de locomoção, por se encontrar preso por força de Prisão Preventiva, decretada desnecessariamente e sem fundamentação suficiente, além de configurado excesso de prazo na conclusão da Instrução Criminal. Afirmar, ainda, que o acusado é possuidor de imaculados antecedentes criminais, atividade definida e endereço fixo, o que causa uma afronta à Lei Adjetiva Penal, visto que o Paciente possui condições subjetivas favoráveis à concessão de sua Liberdade Provisória. (fls.02/18).

Alega que as Autoridades Coatoras (1ª e 2ª Varas da Comarca de Arcoverde) ao proferirem as decisões que decretaram a Prisão Preventiva do Paciente, apenas, reproduziram os termos ou requisitos previstos no art. 312, do CPP, sem nenhuma fundamentação concreta, sendo desnecessária, além de se basear em meras conjecturas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



Invoca, em seu favor, o desrespeito aos Princípios Constitucionais, como caracterizador do constrangimento ilegal sofrido. Para tanto, pugna pela expedição do competente Alvará de Soltura.

239

Anexos aos autos vieram os documentos de fls. 19/52.

Em continuidade, **indeferi** o pedido de liminar (fls.60/61) e **oficiei** os M.M. Juízos singulares para prestarem informações pormenorizadas sobre as alegações constantes da petição inicial (fls.62/63).

Em 03/12/2009, através de ofício (fls. 86/88) foram prestadas informações atualizadas pelo Juízo da 1ª Vara da Comarca de Arcoverde, uma das autoridades dita coatora. Em seguida, no dia 04/12/2009, através de ofício (fls. 66/69), a outra, representada pelo Juízo da 2ª Vara da Comarca de Arcoverde, também prestou suas informações atualizadas.

Nesta Instância, a douta Procuradora de Justiça, na pessoa da Dra. Eleonora de Souza Luna pugnou pela **denegação** da ordem do presente *mandamus* (fls. 73/77).

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Cuida-se de *habeas corpus* liberatório, com pedido de liminar, impetrado em face do constrangimento ilegal na sua liberdade de locomoção, ante ao excesso de prazo na conclusão da instrução criminal e a desfundamentação da manutenção do decreto prisional.

Narra a inicial acusatória (fls. 25/26), referente à **Ação Penal nº 203.2008.002732-5**, que tramita na 1ª Vara da Comarca de Arcoverde, que no dia 31/05/2008, por volta das 17h00, na Rua Arcelino de Brito, Boa Vista, Arcoverde/PE, o denunciado **AURELIANO CAVALCANTI DE LIMA**, por motivo fútil e com *animus necandi*, tentou ceifar a vida das vítimas **ANDERSON MARTINS DA SILVA** e **JOMAS DOS SANTOS SOUZA**, efetuando vários disparos de arma de fogo, os quais atingiram o braço e o antebraço esquerdo da primeira vítima (ANDERSON), bem como o tórax e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



240

o braço direito da segunda vítima (JOMAS), conforme Laudos de Lesão Corporal (fls. 07 e 09 dos autos originários), não consumando o delito, por motivos alheios à sua vontade.

Informa a Denúncia, que as vítimas foram surpreendidas pelos disparos de arma de fogo, sem qualquer chance de defesa. Infere-se dos autos, ainda, que o denunciado foi preso no dia 23/10/2008, na posse de uma arma de fogo de uso restrito, uma pistola PT 100, calibre 40, conforme IP nº 268/08, bem como em cumprimento a um mandado de Prisão Temporária expedido nos autos do IP nº 187/2008, que apura crime de homicídio, ocasião em que o paciente confessou, na delegacia desta Cidade (Arcoverde), que atirou contra as vítimas, pois as mesmas haviam apalpado as nádegas de uma sobrinha sua.

Às fls. 27/29, consta outra Denúncia, desta vez referente à Ação Penal nº 203.2008.002520-9, que tramita na 2ª Vara da Comarca de Arcoverde, narrando que na noite do dia 23/08/2008, na Fazenda Arara, na Estrada do Deserto, zona rural de Arcoverde, foram encontrados os cadáveres de **ALMIR PEREIRA DE MELO**, apresentando perfurações provocadas por instrumento perfuro-contundente na cabeça e no tórax, e "**FABINHO**", ocasionadas por disparos de arma de fogo.

Refere-se, ainda, que a primeira vítima (ALMIR) teria relatado às testemunhas PAULO ALBERTO PEREIRA DA SILVA e WILIAN BEZERRA FERREIRA, que o denunciado havia cometido homicídio contra seu genitor. Segundo o Inquérito Policial, o móvel do crime foi uma dívida contraída pelo genitor da vítima ALMIR PEREIRA DE MELO perante o denunciado.

Consta, ainda, que a segunda vítima ("Fabinho") foi dizimada por estar acompanhando a primeira vítima (Almir), no momento da investida. Sendo assim, o denunciado, com *animus necandi*, mediante disparos de arma de fogo, ceifou a vida das vítimas mencionadas, por motivo fútil e mediante recurso que dificultou a defesa dos ofendidos.

Em síntese, sustenta o impetrante que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal na manutenção da sua custódia cautelar, visto que as Autoridades Coatoras não fundamentaram o Decreto Prisional, atendo-se apenas a reproduzirem os termos contidos no dispositivo do art. 312, do CPP, contrariando normas constitucionais. Aduz que, em ambas as



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho **241**
Terceira Câmara Criminal



ações penais, não há testemunhas oculares, os indícios são muito falhos e as provas insuficientes para a procedência das acusações.

Alega a desnecessidade da segregação do paciente, em virtude do Princípio da Presunção de Inocência, além do Paciente possuir atributos pessoais favoráveis à concessão da Liberdade Provisória. Afirma que o denunciado está preso há **mais de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias** convivendo com criminosos contumazes, por crime que não praticou, caracterizando constrangimento ilegal por excesso de prazo. Por fim, rechaça os fundamentos esposados pelas Autoridades Coatoras como garantidores da decretação da Prisão Preventiva.

Uma das Autoridades apontada como Coatora, o Juízo da 2ª Vara da Comarca de Arcoverde, em suas informações (fls. 66/69), reproduz termos da Denúncia, informando que a instrução criminal foi encerrada e que os autos foram encaminhados ao Mutirão Carcerário, tendo o Douto Magistrado *a quo*, em 10/09/2009, mantido a Prisão Cautelar do Paciente. científica, ainda, que o Ministério Público já apresentou suas Alegações Finais, estando pendente, somente, a apresentação derradeira por parte da Defesa.

A outra Autoridade, representada pelo Juízo da 1ª Vara da Comarca de Arcoverde, em suas informações (fls. 86/88), também reproduz os termos da Denúncia, e relata que a instrução criminal foi concluída, estando superada a alegação de excesso de prazo. Ademais, informa que, permanecem presentes os requisitos ensejadores da Prisão Preventiva, enfatizando que *"as testemunhas modificaram os seus depoimentos na Justiça com medo do acusado, demonstrando cabalmente, que a conveniência da instrução criminal se encontra presente, mormente quando as vítimas poderão ser ouvidas em plenário do Júri; (...) o acusado já infringiu a ordem pública, por duas vezes, respondendo a dois processos criminais, sendo aconselhável que permaneça preso, para garantir a ordem pública, e, por fim, não há garantias que o acusado não venha se evadir do distrito da culpa"*.

Diante das informações dos Togados Monocráticos (fls. 66/69 e 86/88) e conforme ressaltado pela Procuradoria de Justiça (fls. 74) em seu Parecer, não procede a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo, uma vez que, em ambas as Ações Penais, a instrução criminal fora concluída, estando o processo-crime nº203.2008.002520-9, no aguardo da apresentação das Alegações Finais pela Defesa e o processo-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



242

crime nº203.2008.002732-5, aguardando o cumprimento de diligência para a prolação da Sentença, conforme extrato que faço juntar em 07 (sete) laudas.

Desta forma, percebe-se que a alegação de excesso de prazo para a formação da culpa do Paciente, resta superada, vez que, encerrada a Instrução Criminal, não há mais que se falar em excesso de prazo. Conforme se compila da Súmula nº52 do STJ *"Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo"*.

Nesse mesmo sentido, trago à colação dos autos, entendimentos jurisprudenciais:

STJ: "Inexistência de excesso de prazo na formação as culpa. Processo em fase de alegações finais" (RT 665/338).

TJMS: "Se a ação penal se acha na fase de alegações derradeiras, estando, pois, encerrado o sumário da culpa, incorre coação ilegal por excesso de prazo" (RT 571/394).

TACRSP: "Ultrapassada a instrução criminal e situando-se o processo, na fase de alegações finais, não há que se invocar o excesso de prazo como fator de constrangimento ilegal" (JTACRESP 72/60).

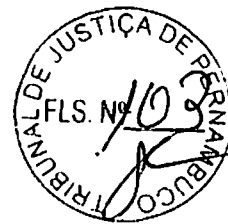
Nos mesmos termos, compila-se da jurisprudência pátria:

PROCESSO PENAL. CRIME DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO. EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PLURALIDADE DE RÉUS. FEITO COMPLEXO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. INSTRUÇÃO ENCERRADA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE.

O lapso temporal para conclusão do processo criminal submete-se ao princípio da razoabilidade, não constituindo uma simples soma dos prazos processuais. O prazo para a conclusão da instrução criminal não é absoluto, fatal e improrrogável, e pode ser dilatado diante das peculiaridades do caso concreto.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



243

Ao término da instrução processual, fica superada a alegação de excesso de prazo para a formação da culpa. Aplicação da Súmula 52.

ORDEM DENEGADA, recomendando-se celeridade ao juízo processante na prolação da sentença. (HC 34.137/DF, Rel. Ministro PAULO MEDINA, SEXTA TURMA, julgado em 25/05/2004, DJ 21/06/2004 p. 261)

Infere-se das Decisões exaradas às fls. 19/20 e 22/23, como bem ressaltou a douta Procuradoria de Justiça (fls. 75), *"embora os decretos de prisão preventiva sejam sucintos, há fundamentação para o decreto da custódia cautelar do paciente, pois no período de 3 meses o paciente tentou matar duas pessoas e encontra-se acusado de ter morto mais duas outras pessoas"*.

Salienta-se, ainda, que a Ação Penal nº 203.2008.002520-9, conforme informações do Juízo da 2ª Vara da Comarca de Arcoverde, foi reavaliada no Mutirão Carcerário, tendo o Juízo singular, mantido a segregação cautelar do paciente. Desta forma, privilegiando-se o **Princípio da Confiança** no Juiz, tem-se suficientemente fundamentado o decreto prisional.

Nesse sentido, trago à colação entendimento jurisprudencial:

"STF: Prisão preventiva. Prova bastante da existência do crime e suficientes indícios de autoria, para efeito de tal prisão. Não se pode exigir, para esta, a mesma certeza que se exige para a condenação. Princípio da confiança nos juízes próximos das provas em causa, dos fatos e das provas, assim, como meios de convicção mais seguros do que os juízes distantes. O in dubio pro reo vale ao ter o juiz que absolver ou condenar, não porém, ao decidir se decreta, ou não, a custódia preventiva" (RTJ 64/77)".

A Defesa ressalta a primariedade e os bons antecedentes do paciente, como condições subjetivas favoráveis à concessão da ordem para que o mesmo tenha o direito de responder ao processo em liberdade. Todavia, o fato do paciente ser, tecnicamente, primário não impede a manutenção da sua custódia. Conforme se infere da Jurisprudência:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



244

"O fato de o agente ter residência fixa, família constituída, ocupação lícita e ser primário, não impede que sua prisão preventiva seja decretada, uma vez que presentes os indícios suficientes da existência do crime e de sua autoria, bem como os requisitos da garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e segurança da futura aplicação da lei penal". (RJDTACRIM 30/354).

Salienta-se que, diante das informações contidas na Denúncia e nas informações do Togado Monocrático, há motivação suficiente para a manutenção da custódia cautelar do paciente, cuja **periculosidade concreta**, como já foi dito, revela-se pelas circunstâncias em que o crime foi supostamente cometido. Nesta linha, trago pronunciamento do Supremo Tribunal Federal:

EMENTA: HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. PRESENÇA DOS SEUS REQUISITOS. ORDEM DENEGADA. (...) (HC 94.374, rel. min. Menezes Direito, DJe-192 de 10.10.2008; HC-AgR 92.031, rel. min. Ellen Gracie, DJe-152 de 15.08.2008). Eventuais irregularidades na prisão temporária do réu restaram prejudicadas com a decretação da sua prisão preventiva. A periculosidade do paciente, evidenciada pelas instâncias ordinárias com base em dados concretos, justifica a decretação e a manutenção da custódia cautelar, para a garantia da ordem pública. Precedentes (HC 94.260, rel. min. Cármen Lúcia, DJe-177 de 19.09.2008). A alegação de que o acusado não praticou o crime que lhe é imputado envolve o reexame de fatos e provas, inviável no âmbito do *habeas corpus*. O fato de o réu ser primário, ter bons antecedentes, residência fixa e ocupação lícita, por si só, não impede a decretação ou a preservação da sua prisão preventiva, se presentes, como no caso, os seus requisitos (HC 93.972, rel. min. Ellen Gracie, DJe-107 de 13.06.2008). Ordem denegada.
(HC 96019, Relator(a): Min. JOAQUIM BARBOSA, Segunda Turma, julgado em 16/12/2008, DJe-059 DIVULG 26-03-2009 PUBLIC 27-03-2009 EMENT VOL-02354-04 PP-00739).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



245

Assim sendo, entendo estarem presentes os requisitos previstos no art. 312, do CPP. Ademais, é pacífico na jurisprudência que os prazos processuais não são peremptórios, ou seja, não resultam de uma simples operação aritmética, devem prosseguir dentro do princípio da razoabilidade. Exige-se, acima de tudo, prudência na aferição das circunstâncias e justificativas inerentes a cada caso.

Por todo o exposto, e em consonância com o Parecer da douta Procuradoria de Justiça, **denego a ordem**.

É como voto.

Recife/PE, 06 de janeiro de 2010.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho – Relator